



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA

## Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 1.811 / 2020

“DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DAS AGENDAS DOS AGENTES INTEGRANTES DO PODER EXECUTIVO.”

A Câmara Municipal de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, por seus Vereadores, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas sobre a transparência e a publicidade das agendas políticas do Prefeito, Vice-Prefeito (a), Secretários Municipais.

**Art. 2º** Os agentes elencados no art. 1º deverão divulgar, diariamente, por meio do portal oficial do município hot site, sua agenda de compromissos públicos.

**§1º** Incluem-se na divulgação estabelecida no *caput* às reuniões realizadas no paço municipal, local oficial de atividades do Prefeito e nas dependências dos prédios públicos onde estão instaladas as secretarias do município.

**§2º** Os compromissos assumidos deverão ser confirmados com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, sendo obrigatória a confirmação no site eletrônico oficial do município.

**§3º** A agenda de compromissos públicos poderá ser alterada, devendo a justificativa ser registrada expressamente no site em que se encontra a agenda no dia seguinte à alteração.

**Art. 3º** Deverá constar na agenda pública:

**I** – nome do requerente e cargo;

**II** – local;

**III** – data e hora;

**IV** – tema sucinto da agenda.



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA

## Estado de Minas Gerais

**Art. 4º** Poderão deixar de serem publicados atos sigilosos imprescindíveis à segurança da sociedade ou do município.

**Parágrafo único.** São entendidos como atos sigilosos os que possam pôr em risco a defesa e a soberania do município, a vida, a segurança ou a saúde da população, a segurança de instituições ou de autoridades municipais, nacionais ou estrangeiras e seus familiares, e que possam comprometer atividades de segurança pública, bem como de investigação ou fiscalização relacionadas à prevenção ou repressão de infrações.

**Art. 5º** O descumprimento do estabelecido nesta lei incorrerá na responsabilização do ocupante do cargo.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Pomba, 31 de julho de 2020.

VEREADOR WELLINGTON FERREIRA DE SOUZA  
*Wellington Netto*

CONTROLE DE TRAMITAÇÃO	
/ /	/
03/08/20	Exp/Log
/ /	/
/ /	/





# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA

## Estado de Minas Gerais

### JUSTIFICATIVA

A publicidade, princípio geral da Administração Pública, consta no artigo 37 da Constituição Federal, juntamente com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Nos dizeres do jurista Paulo Bonavides os princípios: *“Fazem eles a congruência, o equilíbrio e a essencialidade de um sistema jurídico legítimo. Postos no ápice da pirâmide normativa elevam-se, portanto, ao grau de norma das normas, de fonte das fontes”*.

Embora se trate de um dever do administrador face à disposição constitucional, a publicidade dos atos revela-se como um direito dos cidadãos, propiciando a ampliação dos mecanismos de controle e fortalecendo o princípio basilar da democracia: a transparência.

Para Bobbio *“a opacidade do poder é a negação da democracia”*, coexistindo paralelamente dois poderes: o poder visível, onde os atos do governo se desenrolam publicamente, sob o controle da opinião pública, e o poder invisível, que dentre as suas muitas formas, é aquele que se organiza para extrair benefícios ilícitos do Estado. Para ele, é esse poder que precisa ser combatido a todo o custo, sob o risco de *“contaminar e condicionar em medida crescente as instituições legítimas”*.

Objetivando ampliar o controle da população, a transparência dos atos permite que o cidadão acompanhe a gestão pública, analise os atos de seus representantes e fortaleça a cidadania, trazendo às claras as informações anteriormente omitidas, e reduzindo como consequência os casos de corrupção dos agentes públicos e os desvios de verbas públicas.

Para isso, a transparência precisa ser regra na administração pública, devendo os atos oficiais estarem mais acessíveis, sobretudo por meio da internet, poderoso meio de informação, dando aos cidadãos as ferramentas para a fiscalização.

Destaco que recentemente as delações de funcionários da construtora Odebrecht, no âmbito da operação Lava Jato, demonstraram a relação promíscua entre uma parte do empresariado e dos agentes políticos. Sendo apontada inclusive a realização de reuniões para a negociação de repasses

Praça Dr. Último de Carvalho, nº 68 – Centro – Caixa Postal 01 - Rio Pomba/MG (CEP 36180-000) Pabx.: (32) 3571-1455 · e-mail: [camararp@rdfnet.com.br](mailto:camararp@rdfnet.com.br)  
[www.cmriopomba.mg.gov.br](http://www.cmriopomba.mg.gov.br)



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO POMBA

## Estado de Minas Gerais

para campanhas políticas. Como as relações entre os detentores do poder e os detentores de recursos financeiros muitas vezes são marcadas pelo lobby e a preponderância de interesses particulares, buscamos com este projeto dar maior transparência à agenda do prefeito, do vice-prefeito (a) e dos secretários do município. Como disse Kant: ***“Todas as ações relativas ao direito dos homens, cuja máxima não é suscetível de se tornar públicas, são injustas.”***

Certos da preocupação dos demais parlamentares com a ampliação da transparência e dos mecanismos de controle pela população, encaminho o presente projeto para aprovação desta Casa de Leis.

VEREADOR WELLINGTON FERREIRA DE SOUZA  
*Wellington Netto*

